Rede Regional del niñ@sur

MERCOSUR

Estratégia Regional de Enfrentamento ao Tráfico de Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual na Região do MERCOSUL

Relatório Final do Diagnóstico Rápido Participativo dos Municípios Fronteiriços do Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

Rio Grande, abril de 2010.

Instituição Financiadora

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Instituição Governamental

Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH)

Organismo Executor

Fundação de Apoio à Pesquisa da Universidade do Mato Grosso do Sul (FAPEC/ UFMS)

Executores Técnicos Regionais no Brasil

Programa Escola de Conselhos da Universidade do Mato Grosso do Sul (UFMS)

Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua da Universidade Federal do Rio Grande (CEP-RUA/FURG)

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Apoio Técnico no Brasil

Secretaria da Justiça e Desenvolvimento Social - Departamento de Cidadania e Direitos Humanos – Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Parceiros

Argentina - *Secretaría de Derechos Humanos do Ministerio de Justicia e Derechos Humanos e Comité Argentino de Seguimiento y Aplicación de la Convención Internacional sobre los Derechos del Niño (*CASACIDN*)*

Paraguai - *Ministerio de Educación y Cultura e Secretaría Nacional de la Niñez y Adolescencia (SNNA) e Centro de Estudios en Derechos Humanos, Niñez y Juventud (CENIJU)*

Uruguai - *Instituto do Niño y Adolescente do Uruguay (INAU) e Ministerio de Educación y Cultura e Associacíon Pró-Fundación para las Ciencias Sociales (APFCS)*

Equipe Técnica da Universidade Federal do Rio Grande

Coordenadora
Profa. Dra. Simone dos Santos Paludo (CEP-RUA/FURG)

Bolsistas de apoio técnico
Ana Paula Carlosso da Silva
Carlos José Nieto

Acadêmicas bolsistas do curso de Psicologia FURG
Catiuscia Munsberg Carneiro
Eduarda Cirolini Buriol
Isabel Cristina Furtado Silveira
Juliana Sonego Goulart
Luiza Santos Ferreira
Rita de Cássia Prado da Mata
Taiola Sachini
Veronica Felippe de Lima Foes

Executor financeiro
Fundação de Apoio a Universidade Federal do Rio Grande (FAURG)

Equipe Técnica da Secretaria da Justiça e Desenvolvimento Social, Departamento de Cidadania e Direitos Humanos, do Estado do Rio Grande do Sul

Eudoxia Mendes Machado
Tania Göller

Redação do Relatório Final

Profa. Dra. Simone dos Santos Paludo

Revisão Estatística e Confecção dos Mapas

Prof. Msc. Cristiano Aguiar de Oliveira

Realização:

Secretaria Especial dos Direitos Humanos

BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis
Programa Escola de Conselhos

UFMS

FURG

CEP-RUA/FURG

GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL
CORAGEM PARA FAZER
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Financiamento:

BID
Banco Interamericano de Desenvolvimento

Sumário

1.Breve apresentação do Programa Rede Regional de Luta contra o Tráfico de Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual na Região do MERCOSUL	9
2.Informações gerais sobre o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP)	12
2.1 Metodologia do Diagnóstico Rápido Participativo	12
3. Relatório Final do Diagnóstico Rapido Participativo no Chuí/RS	13
3.1 Instituições/atores participantes do Diagnóstico Rápido Participativo – Chuí/RS	19
3.2 Instituições cadastradas no CMDCA	21
3.3 Infraestrutura e Funcionamento das Instituições	22
3.3.1 Estrutura física	22
3.3.2 Organização/Funcionamento	23
4. Análise por Eixos	25
4.1 Eixo da situação: a violência sexual contra crianças e adolescentes no Chuí	25
4.1.1 CMDCA	25
4.1.2 Defesa e Responsabilização	26
4.1.3 Atendimento e Prevenção	28
4.1.4 Comunidades	31
4.1.5 Movimentos Sociais	34
4.2 Eixo Mobilização e Articulação	37
4.2.1 CMDCA	37
4.2.2 Defesa e Responsabilização	38
4.2.3 Atendimento e Prevenção	39
4.2.4 Comunidades	39
4.2.5 Movimentos Sociais	40
4.3 Eixo Atendimento e Prevenção	41
4.3.1 CMDCA	41
4.3.2 Defesa e Responsabilização	42

4.3.3 Atendimento e Prevenção	43
4.3.4 Comunidades	44
4.3.5 Movimentos Sociais	44
4.4 Eixo Defesa e Responsabilização	45
4.4.1 CMDCA	45
4.4.2 Defesa e Responsabilização	45
4.4.3 Atendimento e Prevenção	46
4.4.4 Comunidades	46
4.4.5 Movimentos Sociais	46
5. Mapas de geoprocessamento das demandas e georreferenciamento dos serviços	47
5.1 Geoprocessamento das demandas	47
5.2 Georreferenciamento dos serviços	49
6. Considerações Finais	52

Lista de Tabelas

Tabela 1. Instituições Entrevistadas no Diagnóstico Rápido Participativo	21
Tabela 2. Tipo de imóvel utilizado pelos segmentos	22
Tabela 3. Satisfação com a infraestrura existente nas instituições	22
Tabela 4. Casos de violência sexual denunciados, atendidos, acompanhados e desligados pelos segmentos de defesa e responsabilização (2008-2009)	26
Tabela 5. Casos de violência sexual denunciados, atendidos, acompanhados e desligados pelos segmentos de atendimento e prevenção (2008-2009)	27
Tabela 6. Distribuição quantitativa das vítimas de abuso sexual identificadas pelos serviços de atendimento e prevenção por faixa etária e por sexo	29
Tabela 7. Bairros das instituições entrevistadas	30
Tabela 8. Distribuição quantitativa de casos de violência sexual observados	34
Tabela 9. Distribuição quantitativa de casos de violência sexual observados	36

Lista de Figuras

Figura 1. Tempo de existência da comunidade	32
Figura 2. Tempo de existência dos movimentos sociais entrevistados	35
Figura 3. Georreferenciamento das demandas	48
Figura 4. Geoprocessamento dos serviços	50

1. Breve apresentação do Programa Rede Regional de Luta contra o Tráfico de Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual na Região do MERCOSUL

O Programa Rede Regional de Luta contra o Tráfico de Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual na Região do MERCOSUL é resultado de um acordo assinado entre as altas autoridades dos governos do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, a fim de implementar uma estratégia de enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes e tráfico para esses fins em 15 cidades gêmeas, a saber: Chuí (Brasil) e Chuy (Uruguay), Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguay), Uruguaiana (Brasil) e Paso de Los Libres (Argentina), Bella Unión (Uruguay) e Barra do Quaraí (Brasil), San Tomé (Argentina) e São Borja (Brasil), Jaguarão (Brasil) e Rio Branco (Uruguay) e na triplice fronteira Puerto Iguazu (Argentina), Ciudad del Este (Paraguay) e Foz do Iguaçu (Brasil).

A consolidação da Estratégia Regional de Enfrentamento ao Tráfico de Crianças e Adolescentes na Região do Mercosul está pautada na metodologia do Programa de Ações Integradas Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro (PAIR). Tal método foi implementado no Brasil no ano de 2002, sugerindo a integração de politicas e a articulação entre instituições governamentais e sociedade civil para a construção de ações direcionadas a prevenção e ao atendimento de crianças e adolescentes vulneráveis as situações de exploração sexual (Motti, Contini & Amorim, 2008). Devido a experiência e a validade dessa metodologia já testada, em pelo menos 17 estados brasileiros até o ano de 2008, a equipe executiva do Programa Escola de Conselhos da Universidade do Mato Grosso do Sul, juntamente a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, optou pela expansão desta no âmbito da Região do Mercosul. Para contemplar as peculiaridades da cooperação binacional e transnacional a metodologia do Programa Pair-Mercosul foi reorganizada e está composta por cinco componentes: (I) processo de articulação politico-institucional e execução do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) para identificação da situação da exploração sexual nas 15 cidades selecionadas; (II) realização de seminários locais para a construção de planos de enfrentamento da situação identificada no DRP; (III)

elaboração de protocolos e fluxos de serviços de prevenção, atenção e responsabilização; (IV) estratégia regional, binacional e transnacional de enfrentamento dessa situação, que inclua mecanismos de consulta, cooperação e execução de intervenções comuns aos diferentes países e (V) registro e sistematização da experiência de construção do bem público e das metodologias de articulação, mobilização e desenvolvimento dos protocolos e fluxos de serviços. Essas ações visam a criação de uma rede integrada e cooperativa em regiões de fronteiras para a proteção das crianças e dos adolescentes vítimas de crimes transnacionais.

As seis cidades gêmeas do Rio Grande do Sul, Barra do Quaraí, Chuí, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja e Uruguaiana, através de seus gestores municipais aderiram ao Programa Rede Regional de Luta contra o Tráfico de Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual na Região do MERCOSUL no dia 15 de abril de 2009 na cidade de Porto Alegre, durante a reunião de trabalho organizada pela equipe executiva do Programa Escola de Conselhos em parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e com a Secretaria de da Justiça e Desenvolvimento Social do Rio Grande do Sul. Na mesma ocasião, a Universidade Federal do Rio Grande, através do Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua, assumiu a coordenação técnica das atividades do referido programa nas seis cidades gêmeas do Estado.

O projeto foi apresentado e aprovado no Instituto de Ciências Humanas e da Informação e na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Rio Grande (FURG). Para a realização das atividades previstas na primeira etapa do projeto, uma equipe composta por oito acadêmicos do curso de Psicologia da Universidade Federal de Rio Grande e dois técnicos foram selecionados. Todos os integrantes receberam um treinamento durante os meses de maio, junho e julho totalizando 120 horas. Este incluiu a apresentação do Programa, a discussão de conceitos específicos à violência sexual, aulas sobre os marcos teóricos e legais de proteção a criança e ao adolescente, orientações sobre as entrevistas e simulações.

Ao mesmo tempo, foram iniciadas as atividades de articulação politico institucional com o objetivo de mobilizar a comunidade e as redes existentes em cada uma das cidades gêmeas para o enfrentamento da violência e da exploração sexual de crianças e adolescentes. Diversas reuniões preparatórias foram privilegiadas visando a organização e a divulgação dos encontros

locais. As reuniões de articulação político institucional ocorreram nos meses de junho e julho de 2009. A primeira reunião aconteceu no dia 17 de junho no municipio do Chuí e contou com a participação de 27 representantes da rede de proteção e atendimento à criança e ao adolescente. Nessa ocasião, estiveram presentes representantes da cidade gêmea Chuy-Uruguay. No dia 18 de junho, a reunião ocorreu no municipio de Jaguarão e contou com a presença de 45 pessoas, tendo representações da cidade gêmea de Rio Branco-Uruguay. Dando seguimento as atividades, no dia 24 a equipe esteve reunida no municipio de São Borja juntamente com 44 representantes dos serviços locais e representantes de Santo Tomé-Argentina. A reunião no municipio de Barra do Quarai aconteceu no dia 25 de junho, estiveram presentes 38 representantes locais e da cidade gêmea de Bella Union-Uruguay. Já no dia 26 de junho a reunião aconteceu no municipio de Uruguaiana com 30 representantes locais, no entanto, nessa ocasião não houve representação da cidade gêmea de Passo de Los Libres–Argentina. Por fim, foi realizada a reunião no municipio de Santana do Livramento no dia 1 de julho, a qual contou com 23 representantes locais e uma representante da cidade gêmea de Riveira-Uruguay.

Tais reuniões de articulação tiveram como pauta principal a apresentação da Rede Regional, as orientações para a realização da primeira etapa do projeto e o planejamento do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP). Cabe salientar que nas cidades de Barra do Quarai, Chuí, Santana do Livramento e Uruguaiana foram retomados e discutidos os diagnósticos construídos no ano de 2006 a fim de possibilitar uma atualização das informações coletadas e de focalizar a continuidade dessas ações. Outro importante objetivo desta reunião foi a instalação da Comissão de Apoio Local de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, a qual tinha como tarefa subsidiar a equipe na identificação dos segmentos que poderiam participar do DRP e facilitar o agendamento das entrevistas. A composição da Comissão de Apoio formalizou o início do processo de execução do DRP em cada um dos seis municípios.

O DRP foi realizado no período de 20 de julho a 8 de agosto do ano de 2009, totalizando 294 entrevistas. A equipe foi dividida em dois grupos a fim de realizar a coleta de informações nos seis municípios, sendo que um grupo ficou responsável pelos municípios do Chuí, Jaguarão e Santana do Livramento e outro grupo se deslocou até Barra do Quaraí, São Borja e Uruguaiana.

2. Informações gerais sobre o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP)

O DRP nos municípios de Chuí, Barra do Quaraí, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja e Uruguaiana seguiu as orientações da metodologia utilizada no PAIR e utilizou os formulários adaptados para a região do Mercosul. A coleta de dados nos municípios buscou identificar a situação de violência sexual, verificar as demandas existentes e mapear os serviços e os programas existentes na rede de proteção, defesa e atendimento. O levantamento dessas informações visa a construção de um plano operativo local e binacional para o enfrentamento da realidade encontrada nas cidades gêmeas.

2.1 Metodologia do Diagnóstico Rápido Participativo

O DRP prevê a realização de entrevistas aos diferentes segmentos que compõe a rede de prevenção, atendimento e defesa da criança e do adolescente através de cinco formulários padronizados e específicos para cada um dos seguintes órgãos:

Formulário 1 – CMDCA: destinado ao(s) representante(s) do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Formulário 2 - Defesa e Responsabilização: destinado a representantes do Conselho Tutelar, Juizado, Promotoria e Defensoria da Infância e Juventude, Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, Polícia Rodoviária Federal, Secretaria de Justiça e Segurança Pública, Polícia Militar, Bombeiros, Consulado, Receita Federal.

Formulário 3 - Atendimento e Prevenção: destinado a representantes de instituições e de programas governamentais e não governamentais.

Formulário 4 - Comunidades: destinado a lideranças comunitárias e presidentes de bairro.

Formulário 5 - Movimentos Sociais: destinado a lideranças de movimentos sociais organizados (protagonismo juvenil, mulheres, etc.).

3. Relatório Final do Diagnóstico Rapido Participativo no Chuí/RS

O Chuí está situado no extremo sul do Estado do Rio Grande do Sul, sendo identificado como o ponto mais meridional país. Os primeiros registros históricos demonstram que o Chuí teve início na civilização ibérica no continente sul-americano, contudo, apenas no ano de 1995, o Chuí foi emanciado do município de Santa Vitória do Palmar, situado a 20 km de distância, tendo sua primeira gestão administrativa em 1997. Ponto terminal da BR 471, o Chuí faz fronteira com o Uruguai, caracterizando uma das principais portas de ingresso do Mercosul.

Por tratar de uma localidade fronteiriça, as cidades gêmeas Chuí (Brasil) e Chuy (Uruguai) estão delimitadas por quatro demarcadores: Arroio São Miguel, Arroio Chuí, Lagoa Mirim e a Avenida Internacional. A foto abaixo demonstra a linha divisória existente entre a Avenida do Brasil e a Avenida do Uruguai.

Como pode-se perceber é possível transitar livremente entre os países, fato que aproxima e fortalece a relação entre os dois povos. A circulação no Chuí e no Chuy é intensa devido ao comércio local e a zona franca no lado do Uruguai. Outro atrativo é o balneário, delimitado por outro demacador da fronteira – o Arroio do Chuí – que separa a Praia da Barra no lado brasileiro e a Playa del Barra do Chuy no lado uruguaio. O fácil acesso ao país vizinho pode ser um fator de risco para as situações de violência contra a criança e o adolescente. Fortalecer as fronteiras e articular o trabalho entre os países é uma das principais metas do PAIR-Mercosul.

Para desenvolver o programa Rede Regional de Luta contra o Tráfico de Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual na Região do MERCOSUL é imprescindivel conhecer as potencialidades e as fragilidades que permeiam o território do Chuí. Para isso, alguns dados sobre o município estão destacados a seguir.

Indicadores demográficos: Segundo os dados do último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia Econômica (IBGE) referentes a 2000, constatou-se que o município é composto por 5.167 habitantes, distribuídos em uma área de 203,20 km^2. Sua ocupação é predominantemente urbana, com apenas cerca de 6% em área rural. Atualmente, estima-se que existam 5.496 habitantes, dado que poderá ser confirmado com a realização do Censo 2010.

Estrutura Étaria		
	1991	2000
Menos de 15 anos	1,453	1,585
15 a 64 anos	2,764	3,317
65 anos e mais	189	265
Razão de Dependência	59.4%	55.8%

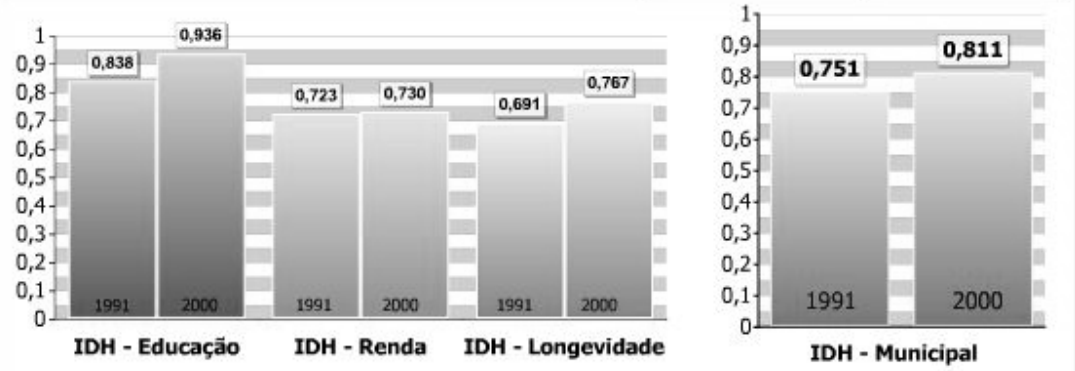
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, PNUD, 2002

Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade, 1991 e 2000		
	1991	2000
Mortalidade até 1 ano de idade (por 1000 nascidos vivos)	27.6	19.1
Esperança de vida ao nascer (anos)	66.4	71.0
Taxa de Fecundidade Total (filhos por mulher)	2.6	2.5

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, PNUD, 2002

Índice de desenvolvimento humano (IDH): A figura abaixo apresenta o IDH do município, da educação, da renda e da longevidade.

	1991	2000
IDH - Educação:	0,838	0,936
IDH - Renda:	0,723	0,730
IDH - Longevidade:	0,691	0,767
IDH - Municipal:	0,751	0,811



Fonte: PNUD/Atlas de Desenvolvimento Humano (http://www.pnud.org.br/)

Economia do município: O Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* é de R$ 22.642 (IBGE, 2007). A economia do Chuí é predominantemente constituída pelo setor de serviços, mais especificamente pelo comércio, o qual representa 63,4% do PIB. O comércio nas regiões fronteiriças, principalmente nas cidades-gêmeas, é impactado diretamente pelas variações cambiais e pelas determinações legislativas de cada país. Nesse caso, os comerciantes do lado brasileiro são diretamente afetados pela concorrência e pelo regime fiscal atraente dos estabelecimentos identificados como *duty free* ou *free shop* no lado uruguaio. Embora a possibilidade de compras na zona franca atraia muitos turistas e garanta um fluxo de turismo de compras para os uruguaios, essa atividade oferece benefícios diretos e indiretos a rede hoteleira e aos serviços em geral do lado brasileiro (gastronomia, transporte, etc).

Educação: De acordo com os dados do Censo Educacional realizado no ano de 2009 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), o Chuí possui seis unidades educacionais, sendo uma de ensino médio, duas de ensino fundamental e três pré-escolas. O maior percentual de matriculas encontra-se no ensino fundamental (64,4%), seguido do ensino médio (29%) e pré-escola (6,6%). Essa distribuição exige um número de docentes coerente com a demanda, tendo 39 professores para o ensino fundamental, 16 para o médio e cinco para a pré-escola. De acordo com os dados do Censo do IBGE do ano de 2001 o nível educacional da população adulta é o seguinte:

Nível Educacional da População Adulta (25 anos ou mais), 1991 e 2000

	1991	2000
Taxa de analfabetismo	8.2	4.6
% com menos de 4 anos de estudo	26.9	18.7
% com menos de 8 anos de estudo	66.9	53.0
Média de anos de estudo	5.6	6.8

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, PNUD, 2002

Saúde: Segundo o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS, 2009) apenas um estabelecimento municipal é responsável pelo cuidado à saúde da população. O Centro de Saúde/Unidade Básica está cadastrado no Ministério da Saúde como apto para o atendimento de atenção básica e de média complexidade de demanda espontânea e referenciada.

Habitação: Informações referentes ao acesso da população a serviços básicos e a bens de consumo foram indicados no Censo do IBGE no ano de 2001.

Acesso a Serviços Básicos

	1991	2000
Água Encanada	87.3	95.2
Energia Elétrica	96.3	98.6
Coleta de Lixo	81.6	98.9

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, PNUD, 2002

Acesso a Bens de Consumo		
	1991	2000
Geladeira	80.8	91.8
Televisão	85.8	96.5
Telefone	11.8	37.1
Computador	NR	9.7

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, PNUD, 2002

Vulnerabilidade Familiar: De acordo com o Censo do IBGE (2001) a situação de vulnerabilidade familiar era uma realidade enfrentada pela Chuí.

Indicadores de Vulnerabilidade Familiar		
	1991	2000
% de mulheres de 10 a 14 anos com filhos	ND	0.1
% de mulheres de 15 a 17 anos com filhos	4.0	8.6
% de crianças em famílias com renda inferior à 1/2 salário mínimo	32.6	30.8
% de mães chefes de família, sem cônjuge, com filhos menores	6.6	5.9

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, PNUD, 2002

As características do município foram base fundamental para a identificação da rede local e para organização e execução do Diagnóstico Rápido Participativo. A análise do material coletado no Chuí está apresentado nos capítulos a seguir.

3.1 Instituições/atores participantes do DRP – Chuí/RS

A rede de enfrentamento a violência sexual infanto juvenil no Chuí não está formalmente constituída, ainda que individualmente os serviços direcionados para essa problemática, especialmente o Conselho Tutelar e Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS/Sentinela), sejam reconhecidos pelos serviços e pela própria comunidade. Diante desse cenário, os serviços e as instituições existentes no município foram mobilizados e convidados a participar do mapeamento a fim de enunciar a realidade da violação sexual para delinear futuras ações preventivas e combativas. Esse convite se estendeu para os representantes e líderes de bairro e para os movimentos sociais que representam a sociedade civil. A articulação da sociedade e as instituições/serviços em torno do enfrentamento de um grave problema como a violência sexual é desejável porque viabiliza a ampliação dos canais de acesso das crianças e adolescentes ao cuidado e à atenção de que necessitam, possibilita ações coordenadas e fortalece a imagem de cada participante.

Para auxiliar a equipe do PAIR-Mercosul na identificação dos serviços, das lideranças e dos movimentos sociais existentes no Chuí uma Comissão Provisória Local foi constituída. Nove pessoas compuseram o grupo de apoio: Sonia Maria Caetano, Isabel Cristina da Silva Barbosa, Eva Maria Martinez, Elisangêla Caetano Martinez, Gilmar Pinto Lima, Rubilson Bermeduz de Lima, Valdeci Padão Campos, Alva Cabral Nunes e Ângela Borges de Borges. Tal comissão teve um papel importante na mobilização de todos os setores para a efetiva execução do diagnóstico, através da indicação dos segmentos e do agendamento das entrevistas.

O Diagnóstico Rápido Participativo contou com a participação de 38 representantes de instituições localizadas município do Chuí, sendo um representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seis representantes do segmento de defesa e responsabilização, cinco representantes do segmento de atendimento e prevenção, nove lideranças comunitárias e 17 representantes dos movimentos sociais. A Tabela 1, apresentada a seguir, descreve os serviços entrevistados em cada um dos segmentos envolvidos.

Tabela 1. Instituições Entrevistadas no DRP

Formulário	**Instituição entrevistada**
CMDCA (1)	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Defesa e Responsabilização (6)	Brigada Militar Conselho Tutelar Consulado Brasil/Uruguai Polícia Civil Receita Federal Ministério Público
Atendimento e Prevenção (5)	Centro de Referência Especializada em Assitência Social (CREAS/Sentinela) Mundo da Criança Centro de Saúde Escola Estadual de Ensino Médio Marechal Soares de Andréa Escola Municipal de Educação Infantil Criança Feliz
Comunidades (9)	Bairro Ramão Rotta Bairro Quartel Bairro Luis Maria Gomes Bairro Isolina Gomes Bairro Nasser Bairro União Bairro Centro Comunidade Santa Antônio/Santa Teresinha Vila América

Movimentos Sociais (17)	Rodoviária do Chuí Bloco Carnavalesco Unidos da Portelinha Sindicato Rural CTG do Chuí Associação dos Produtores Secretaria da Educação ONG Bosque Departamento de Assistência Social Sindicato dos Servidores Municipais Conselho de Assistência Social Câmera de Vereadores Conselho Municipal da Saúde Secretaria do Turismo, Cultura e Esportes Associação de Taxistas Radio Uruguaia ONG Cidadania Sem Fronteira Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e de Serviços do Chuí

3.2 Instituições cadastradas no CMDCA

Até o momento da entrevista, nenhuma instituição estava cadastrada no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente do Chuí, fato que demonstra a necessidade de uma maior articulação da rede de defesa e responsabilização, atendimento e prevenção, lideranças comunitárias e movimentos sociais. A falta de registro também indica que o conselho não está conseguindo contemplar uma das suas competências que trata especificamente do registro de todas as organizações governamentais e não governamentais com ações junto ou para crianças e adolescentes e da inscrição dos programas voltados para esse público.

3.3 Infraestrutura e Funcionamento das Instituições

Uma série de questões investigou a infraestrutura existente, as necessidades emergentes e o funcionamento das instituições entrevistadas. A seguir estão apresentados os resultados encontrados.

3.3.1 Estrutura física

Tabela 2. Tipo de imóvel utilizado pelos segmentos

	Próprio n(%)	**Locado n(%)**	**Cedido n(%)**
CMDCA	-	-	1(100)
Defesa e Responsabilização	1(16,7)	2(33,3)	3(50)
Atendimento e Prevenção	2(40)	-	3(60)

Tabela 3. Satisfação com a infraestrutura existente nas instituições

	Espaço físico		**Mobiliário**		**Equipamentos**	
	Positiva n(%)	**Negativa n(%)**	**Positiva n(%)**	**Negativa n(%)**	**Positiva n(%)**	**Negativa n(%)**
CMDCA	-	1(100)	-	1(100)	-	1(100)
Defesa e Responsabilização	5(83,3)	1(16,7)	6(100)	-	5(83,3)	1(16,7)
Atendimento e Prevenção	2(40)	3(60)	3(60)	2(40)	1(20)	4(80)

É possível verificar na Tabela 2 que a maioria das instituições dos segmentos que compõem a rede de proteção, defesa e atendimento não possui um imóvel próprio para o seu funcionamento. A ausência de um local específico pode interferir diretamente na infra-estrurura do serviço, como descrito pelo CMDCA ao afirmar que não possui um espaço, nem mobiliário e

nem equipamento adequado, especialmente pelo fato de que o imóvel é cedido e os materiais emprestados dificultando o serviço prestado (ver Tabela 3).

Dentre as seis instituições entrevistadas no segmento de defesa e responsabilização apenas uma tem imóvel próprio, entretanto, esse fato parece não estar relacionado com a infra-estrutura existente, pois apenas uma instituição relatou alguma insatisfação referente ao espaço físico e ao equipamento, salientando que necessitariam de um espaço mais amplo e de equipamentos básicos para o trabalho como, por exemplo, computadores e automóvel. Já para os cinco segmentos de atendimento e prevenção entrevistados a existência de um imóvel próprio está diretamente vinculado a satisfação com o espaço físico (ver Tabela 2 e 3). Aquelas instituições que referiram respostas negativas ao espaço físico, salientaram que precisariam de um espaço maior e mais acolhedor para o atendimento das crianças e dos adolescentes. Em relação ao mobiliário apenas duas instituições demostraram insatisfação, apontando a falta de cadeiras, armários e mesas para um atendimento adequado. Para o segmento de atendimento e prevenção o problema mais emergente apontado por 80% das instituições é a escassez de equipamentos vitais para o serviço como medicamentos, carro/viatura, computador e telefone.

3.3.2 Organização/Funcionamento

Horário de atendimento: A maioria das instituições de defesa e responsabilização relataram que o serviço oferece atendimento em horário comercial, das 8hs às 18h de segunda a sexta-feira. A Brigada Militar e a Receita Federal registraram a existência de um serviço contínuo de 24 horas devido as particularidades do local. Da mesma forma, a maioria das instituições do segmento de atendimento e prevenção indicou oferecer seus serviços de segunda a sexta-feira em horário comercial, apenas o centro de saúde informou que realiza plantões de 24 horas. As escolas seguem os horários e calendários pedagógicos, atendendo o público prioritariamente durante os turnos da manhã e tarde, sendo que uma escola de ensino médio referiu ter atendimento também no turno noturno para atender jovens e adultos.

Planejamento: As instituições apresentaram uma diversidade de respostas relacionadas à periodicidade do planejamento, as quais variaram entre semanal, quinzenal, mensal e, até mesmo, aleatória. Todas as instituições dos segmentos de defesa e responsabilização e atendimento e prevenção afirmaram a necessidade de reuniões com toda a equipe de profissionais para o planejamento das suas atividades. Essa organização evidencia que os serviços estão atentos não só as demandas existentes, como aquelas emergentes no municipio. Além disso, o planejamento garante que as ações sejam previamente discutidas e organizadas.

Monitoramento: Quatro instituições do segmento de defesa e responsabilização afirmaram a existência de algum tipo de monitoramento. A maioria das instituições obedece a um modelo hierárquico, tendo seus serviços fiscalizados. A Brigada Militar, por exemplo, informou que o monitoramente existe para avaliar a atuação dos seus servidores e para planejar ações futuras. Por outro lado, duas instituições afirmaram não existir nenhum tipo de monitoramento do trabalho desenvolvido (Conselho Tutelar e Consulado).

Dentre as cinco instituições do segmento de atendimento e prevenção participantes, apenas uma afirmou não receber nenhum tipo de monitoramento. As quatro instituições que recebem monitoramento respondem as orientações indicadas pelos órgãos máximos responsáveis pelo regulamento do serviço. Por exemplo, a escola estadual responde as orientações da Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, através do Sistema de Avaliação da Educação Básica e do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul, enquanto a escola municipal é monitorada pela Secretaria Municipal de Educação.

4. Análise por Eixos

4.1 Eixo da situação: a violência sexual contra crianças e adolescentes no Chuí

Este eixo tem como objetivo mapear a atual situação da violência sexual contra crianças e adolescentes no município do Chuí. Nesse intuito foram analisadas as entrevistas a fim de caracterizar as modalidades de violência e exploração sexual existentes, bem como identificar as localidades e os principais autores dessas violações. O mapeamento reflete tanto a realidade denunciada, bem como as situações que ainda se mantinham veladas até o momento das entrevistas do Diagnóstico Rápido Participativo. A seguir estão apresentados os resultados obtidos em cada um dos segmentos participantes.

4.1.1 CMDCA

O Conselho Municipal de Direitos da Crianca e do Adolescente (CMDCA) não conta com um sistema de registro de informações, fato que impossibilitou o seu representante de fornecer qualquer dado quantitativo sobre a situação de violência sexual no município. Nesse cenário, o Conselho Municipal encontra-se fragilizado e inoperante no que diz respeito a implementação da doutrina da proteção integral prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente. Para o serviço, o Conselho Tutelar é a única fonte de informação sobre as violações contra criança e adolescente no Chuí, contudo, nenhum caso havia sido comunicado até o momento da entrevista.

O representante do CMDCA desconhece qualquer pesquisa ou diagnóstico sobre a situação de violência sexual no município, no entanto, no ano de 2006 foi realizado um mapeamento inicial sobre a temática, o qual foi disponibilizado para os gestores locais pela equipe do PAIR-Mercosul durante as reuniões de articulação político institucional que ocorreram em junho de 2009. Como não havia representação do serviço nesse evento tal relatório não chegou até o Conselho Municipal e, por esse motivo, não havia conhecimento sobre o trabalho anterior. A falta de articulação entre os serviços, a pouca visibilidade do CMDCA e a ausência

de representantes locais (residentes no Chuí) foram identificados como obstáculos para a efetivação e a garantia dos direitos da criança e do adolescente.

4.1.2 Defesa e Responsabilização

De acordo com as rotinas e os registros mantidos na instituição apenas três instituições afirmaram ter conhecimento da ocorrência de violência sexual no municipio do Chuí – Conselho Tutelar, Policia Civil e Ministério Público – e manter um registro sobre a distribuição quantitativa dos casos de violência ocorridos. No entanto, apenas duas instituições forneceram dados durante o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP).

Tabela 4. Casos de violência sexual denunciados, atendidos, acompanhados e desligados pelos segmentos de defesa e responsabilização (2008-2009)

Tipo de violência	Instituição	Denunciados	Atendidos	Acompanhado	Desligados
Abuso sexual intrafamiliar	Conselho Tutelar	3	3	1	1
	Policia Civil	2	2	2	0
	Total	**5**	**5**	**3**	**1**
Abuso sexual extrafamiliar	Policia Civil	1	1	1	0
Exploração sexual (prostituição)	-	0	0	0	0
Pornografia	-	0	0	0	0
Turismo sexual	-	0	0	0	0
Tráfico sexual	-	0	0	0	0

Como é possível verificar na Tabela 4, foram denunciados e atendidos casos relacionados ao abuso sexual intra e extrafamiliar, sendo que a ocorrência da violação dentro do ambiente

doméstico ainda é mais recorrente. Até o momento da entrevista, nenhum caso relacionado às modalidades de exploração sexual tinha sido identificado nos serviços.

Embora tenham sido quantificados e registrados poucos casos, um maior detalhamento sobre cada uma das vítimas e dos agressores envolvidos nos respectivos casos não foi possível, pois os formulários não continham todas as informações solicitadas, contudo os poucos dados oferecidos já permitem esclarecer alguns fatores de risco para os casos de abuso sexual.

Tabela 5. Distribuição quantitativa das vítimas de abuso sexual identificadas pelos serviços de defesa e responsabilização por faixa etária e por sexo

Tipo de violência	Instituição	0-6 anos	7-12 anos	13-17 anos	Feminino	Masculino
Abuso sexual intrafamiliar	Conselho Tutelar	0	3	0	2	1
	Policia Civil	0	2	0	2	0
Abuso sexual extrafamiliar	Policia Civil	0	0	1	1	0

Características dos casos de abuso intrafamiliar registrados: todas as cinco vítimas possuíam no momento do abuso idades entre sete a 12 anos, sendo quatro do sexo feminino e um do sexo masculino. A condição socioeconômica da família pode ser identificada em apenas dois casos, mostrando uma variação de renda, já que em um caso a família recebe até dois salários mínimos e no outro a família recebe entre cinco e 10 salários minímo. Esse dado reforça que a violência pode ocorrer em qualquer contexto socioeconômico. Os agressores identificados nos casos foram o pai e o tio e a mãe foi citada como um alguém que contribui para a violação devido a sua omissão. Um caso relatado pelo Conselho Tutelar aconteceu em uma cidade próxima quando as meninas estavam de férias na casa do tio agressor. Já no município, o bairro Nasser foi identificado como a localidade de ocorrência de situações de abuso sexual intrafamiliar e o local de origem das vítimas.

Características do caso de abuso extrafamiliar registrado: a vítima foi identificada como uma menina que encontrava-se na faixa etária entre 13 e 17 anos e pertencia a uma família que recebe até dois salários minímo. O agressor identificado foi um vizinho que se dizia namorado da menina. O Centro foi identificado como o local de ocorrência da violência e o bairro de origem da vítima.

Os dados permitem refletir que as situações de abuso sexual, intra ou extrafamiliar, estão concentradas no bairro Nasser e no Centro do município. Casos que não foram notificados foram comentados durante a entrevista. Tais dados informais possibilitaram identificar o trânsito de meninas de 13 a 17 anos para o Uruguai para a realização de atividades sexuais, o que caracteriza o tráfico para fins sexuais. Embora as instituições tenham conhecimento desses casos, nenhum foi denunciado ou registrado em qualquer órgão de defesa ou atendimento da criança e do adolescente, mostrando uma fragilidade na defesa e no combate da violência.

4.1.3 Atendimento e Prevenção

Cinco instituições participaram das entrevistas e representaram o segmento de atendimento e prevenção. Destas, três eram escolas que atuam nas políticas públicas básicas, sendo uma escola que atendia crianças de zero a três anos, uma escola municipal que atendia crianças de três a seis anos e uma escola estadual destinada a pessoas com idades entre seis e 18 anos. Participou ainda o serviço Sentinela, um serviço de atendimento especializado às crianças, adolescentes e famílias vítimas de violência caracterizando um serviço de atuação no campo das políticas públicas de proteção especial. O Sentinela estava em processo de implementação do Centro de Referencia Especilizada de Assistência Social (CREAS) no município no momento das entrevistas, por esse motivo será nomeado nesse documento como CREAS/Sentinela. Por fim, participou o Centro de Saúde, a única unidade básica de atendimento a saúde no Chuí.

Ao questionar as atividades realizadas no serviço as escolas afirmaram priorizar o atendimento e o acompanhamento de seus alunos, mas também informaram se dedicar a mobilizações, capacitações e palestras. O CREAS/Sentinela destina-se ao atendimento, embora

ofereça capacitação e organize mobilizações para a prevenção das situações de violência. O Centro de Saúde afirmou atuar de forma bastante generalista, buscando efetivar suas ações através do atendimento, de estudos e pesquisas, mobilização e prevenção, capacitação e palestras. Todos os serviços são responsáveis pelo atendimento de todo o município.

A maioria desses serviços conta com um sistema de registro, arquivo e/ou manipulação das informações. As instituições educacionais mencionaram o registro destas informações em livros de presença, atas de reunião, avaliações de desempenho, enquanto no serviço de saúde as informações são registradas em prontuários. O sistema de registro existente é padronizado, manual e de fácil acesso e serve para o monitoramento e para o planejamento de ações. Apenas o CREAS/Sentinela ainda não possui essa ferramenta devido a sua falta de estrutura física, mas revela a sua necessidade. Embora o CREAS/Sentinela tenha declarado não possuir sistema de registro, a maior parte dos dados relativos à violência sexual foi fornecido por esse serviço, especialmente, pelo fato desse ser o único serviço que recebe denúncias e encaminhamentos vindos, em sua maioria, do Conselho Tutelar.

Todas as cinco instituições afirmaram ter algum conhecimento sobre a ocorrência de violência sexual no município. Tal fato demonstra que as escolas e o centro de saúde também são locais de referência para a revelação das violações da infância e juventude, mesmo que não possuam serviço especializado de denúncia. Duas escolas possuiam registros de casos, sendo um caso denunciado em cada escola. A escola destinada a crianças até seis anos e o centro de saúde não tinha nenhum registro específico sobre essa demanda em seus locais de trabalho, mas afirmaram conhecer casos existentes no município. A Tabela 6 apresenta os casos registrados:

Tabela 6. Casos de violência sexual denunciados, atendidos, acompanhados e desligados pelos segmentos de atendimento e prevenção (2008-2009)

Tipo de violência	Instituição	Denunciados	Atendidos	Acompanhado	Desligados
Abuso sexual intrafamiliar	CREAS/Sentinela	11	11	8	3
	E.E.E.M. Marechal Soares de Andréa	1	1	1	0
	E.M.E.I. Criança Feliz	1	1	1	0

	Total	**13**	**13**	**10**	**3**
Abuso sexual extrafamiliar	CREAS/Sentinela	2	2	2	0
Exploração sexual (prostituição)	-	0	0	0	0
Pornografia	-	0	0	0	0
Turismo sexual	-	0	0	0	0
Tráfico sexual	-	0	0	0	0

Novamente, as situações denunciadas estiveram relacionadas ao abuso sexual, até o momento da entrevista, nenhum caso relativo à exploração sexual estava sendo atendido ou havia sido denunciado. As características das vítimas demonstram que as meninas ainda estão mais vulneráveis as situações de violação dentro do próprio lar ou fora desse contexto (ver Tabela 7).

Tabela 7. Distribuição quantitativa das vítimas de abuso sexual identificadas pelos serviços de atendimento e prevenção por faixa etária e por sexo

Tipo de violência	Instituição	0-6 anos	7-12 anos	13-17 anos	Feminino	Masculino
Abuso sexual intrafamiliar	CREAS/Sentinela	1	4	6	11	0
	E.E.E.M. Marechal Soares de Andréa	0	0	1	1	0
	E.M.E.I. Criança Feliz	1	0	0	1	0
Abuso sexual extrafamiliar	CREAS/Sentinela	0	0	2	2	0

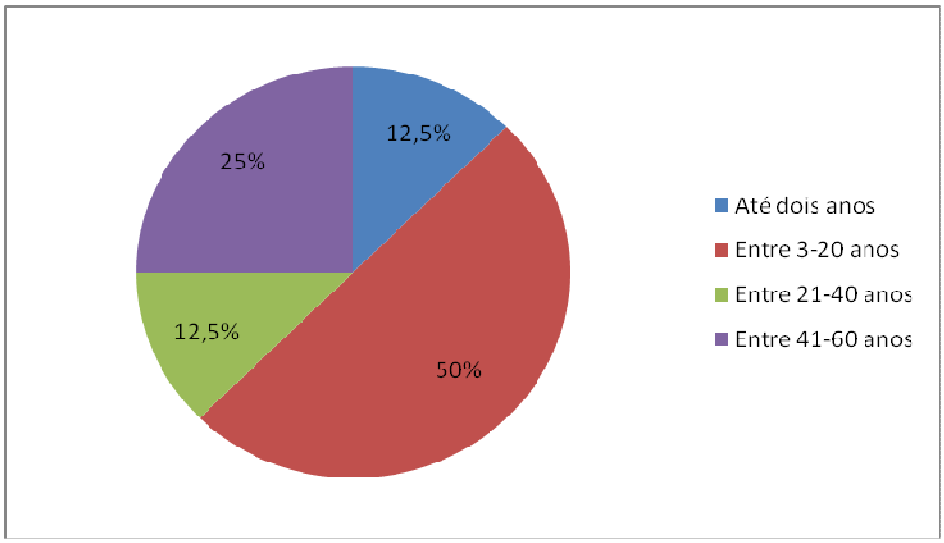
Dentro do ambiente familiar existe uma variabilidade maior da faixa etária das vítimas, enquanto as meninas com idades entre 13 e 17 anos aparecem como principais alvos em outros contextos. De acordo com os entrevistados, a violência ocorre em turnos variados, mas não houve precisão sobre o horário desta. Quanto às localidades de ocorrência, os serviços souberam informar que os casos intrafamiliares aconteceram nos bairros Nasser, Luis Gomes, União (conhecido como Toquinho) e os casos relacionados a abuso extrafamiliar ocorreram em Vila Rica. Ainda notificaram que as meninas vítimas eram pertencentes a famílias que recebem até dois salários minímos e que o agressor era do sexo masculino e possuia algum tipo de contato direto com as vítimas (pai, padrasto, cunhado). O bairro de origem foi identificado como o mesmo bairro de ocorrência.

Os entrevistados informaram ainda que alguns casos não chegam ao serviço de atendimento e prevenção, mas podem ser observados no cotidiano do município. Localidades como o posto Ipiranga da rua Argentina, o bairro União (Toquinho) e o balneário Barra do Chuí foram apontadas como possíveis territórios para a situação de violência sexual, especialmente a prostituição, que ainda se mantem velados.

4.1.4 Comunidades

Nove comunidades estiveram representadas no Diagnóstico Rápido Participativo no município do Chuí através de seus líderes de bairro e de seus agentes comunitários, a saber: Bairro Ramão Rotta, Bairro Quartel, Bairro Luis Maria Gomes, Bairro Isolina Gomes, Bairro Nasser, Bairro União (Toquinho), Bairro Centro, Comunidade Santa Antônio/Santa Teresinha e Vila América. A Figura 1 indica o tempo de existência das comunidades participantes.

Figura 1. Tempo de existência da comunidade



Como é possível verificar as comunidades apresentam tempos variados de existência, sendo que a maioria tem entre três e 20 anos. Essa informação pode refletir o crescimento atual do município, sendo necessária a construção de novos bairros para abrigar os seus moradores.

Questões referentes aos residentes das comunidades foram investigadas a fim de delimitar as caraterísticas da população local. Na percepção dos entrevistados, a escolaridade preponderante dentre os moradores é o ensino fundamental completo e a renda média das famílias residentes das comunidades situa-se entre dois e três salários minímo (44%). Respostas diversas foram oferecidas quando questionada a principal fonte de renda dos homens que vivem nas comunidades entrevistadas (trabalhadores informais, servidores públicos e aposentados). Já dentre as mulheres, o trabalho informal e o trabalho doméstico foram indicados como atividades geradoras de renda. Foi ressaltado que no verão existe uma maior oferta de trabalho no comércio local em função da maior circulação de pessoas que buscam o turismo no Mercosul e o consumo na zona franca, favorecendo a inserção das pessoas no mercado laboral.

Nestas comunidades sobressaiu a precariedade na infraestrutura e nos serviços existentes. Seis comunidades relataram não existir pavimentação asfáltica e aquelas que possuem referiram estar insatisfeitos. Da mesma forma, cinco comunidades afirmaram não possuir rede de esgoto e

aquelas que possuem também não estão satisfeitas com o serviço oferecido. A falta de transporte coletivo foi indicada como um transtorno para os moradores de cinco comunidades. A inexistência de espaços de lazer, esporte e cultura foi salientada. Apenas a coleta de lixo e a água tratada foram apontadas como serviços que atendem as necessidades dos moradores. A preocupação com a segurança pública foi destacada, principalmente, pelo fato de que os furtos, os roubos e o uso de drogas tem se mostrado problemas frequentes enfrentados em algumas comunidades entrevistadas. Outras, embora considerem a vulnerabilidade social da comunidade, afirmaram não existir problemas vinculados a violência e a criminalidade em seus territórios.

Ao investigar os problemas específicos relacionados às diferentes faixas etárias, os problemas de origem respiratória foram os mais citados para as crianças e para os idosos, o estresse e a hipertensão para os adultos e o uso de drogas e as "doenças de inverno" para os adolescentes. Para o atendimento desses problemas, as comunidades ressaltaram que na maioria das vezes precisam buscar o serviço fora do seu bairro, uma vez que o atendimento público de saúde é oferecido em um único local no município.

No que tange a violência sexual, apenas três comunidades indicaram essa violação como um problema enfrentado por crianças e adolescentes e afirmaram ter conhecimento de algum caso no município. As principais fontes de informações citadas foram à mídia e o contato com as próprias vítimas, sendo que nos casos denunciados recorreu-se ao Conselho Tutelar, a Brigada Militar e a Assistência Social. Os casos que não foram denunciados foram justificados pelo "consentimento" da vítima. Contudo, apenas o representante do bairro Luis Gomes afirmou ofereceu alguma informação mais concreta. Embora o entrevistado não soubesse precisar um número exato, afirmou existir mais de 55 meninas envolvidas sendo exploradas sexualmente através da prostituição, sendo que a maioria possui entre 13 e 17 anos e algumas possuem entre sete e 12 anos. A rodovia (BR 471) foi indicada como principal localidade de ocorrência da prostituição e os caminhoneiros os autores da violência. Os participantes identificaram que as vítimas são moradoras dos bairros Luis Gomes, Nasser, União (Toquinho) e Portelinha. As rodovias tem sido apontadas como pontos vulneráveis para a exploração sexual devido ao constante trânsito, em especial, de caminhões. Quando a rodovia possibilita o ingresso ao Mercosul o perigo para esses eventos torna-se ainda mais eminente.

4.1.5 Movimentos sociais

Os movimentos sociais estiveram representados no município do Chuí através de 17 organizações/instituições que abrangem as seguintes localidades:

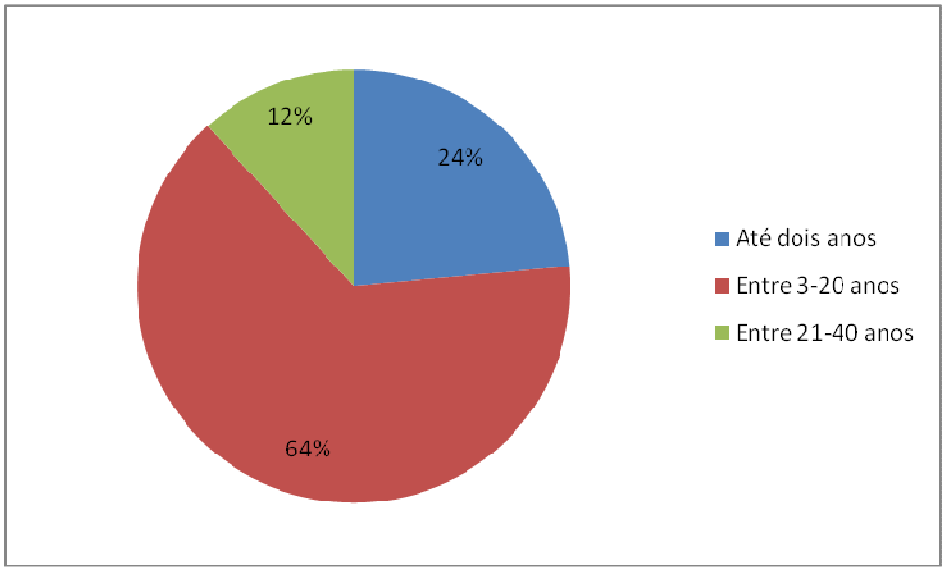
Tabela 8. Bairros das instituições entrevistadas

	Centro	Ramão Rotta	Vila Rica	Quartel	NR
Rodoviária do Chuí	X				
Bloco Carnavalesco Unidos da Portelinha		X			
Sindicato Rural			X		
CTG do Chuí			X		
Associação dos Produtores					X
Secretaria da Educação	X				
ONG Bosque		X			
Departamento de Assistência Social	X				
Sindicato dos Servidores Municipais				X	
Conselho de Assistência Social	X				
Câmera de Vereadores	X				
Conselho Municipal da Saúde	X				
Secretaria do Turismo, Cultura e Esportes	X				
Associação de Taxistas	X				

Radio Uruguaia	X				
ONG Cidadania Sem Fronteira				X	
Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e de Serviços do Chuí	X				

Percebe-se que a maioria dos movimentos está concentrada no Centro do município, já as organizações não-governamentais que atendem os jovens estão situadas nos bairros a fim de facilitar o acesso daqueles que tenham interesse nas atividades desenvolvidas pela instituição. O tempo de existência dos movimentos sociais participantes do Diagnóstico Rápido Participativo também foi investigado.

Figura 2. Tempo de existência dos movimentos sociais entrevistados



Como é possível verificar a maioria dos movimentos já possui entre três e vinte anos de existência. No entanto, nos últimos dois anos tem havido um crescimento importante de novos

movimentos (24%). A emancipação do município, as demandas políticas e sociais existentes foram as principais motivações que contribuiram para o surgimento desses segmentos.

Embora dentre os 17 movimentos participantes, apenas um tenha sido criado com a proposta de atender os problemas específicos de um território fronteiriço, as situações de violência são reconhecidas pelas organizações/instituições. Dentre os participantes, cinco afirmaram ter algum tipo de conhecimento sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes no municipio do Chuí. As fontes de informação variaram desde o noticiário local até o contato com a mãe da vítima. Ainda referiram o Conselho Tutelar e o Judiciário como as principais portas de entrada das denúncias e notificações.

Embora tenham revelado conhecer casos relativos à violência sexual nenhuma instituição possuia um registro quantitativo preciso, as informações indicadas foram baseadas nas impressões e nas observações. Os movimentos sociais informaram a existência de casos de abuso sexual intrafamiliar e prostituição, os quais estão indicados na Tabela 9.

Tabela 9. Distribuição quantitativa de casos de violência sexual observados

	Instituição	Comunidade	Município
Abuso sexual intrafamiliar	Câmara de Vereadores	0	3
	Conselho Municipal de Saúde	0	3
	ONG Cidadania Sem Fronteira	0	1
	Total	**0**	**7**
Abuso sexual extrafamiliar	-	0	0
Exploração sexual (prostituição)	Câmara de Vereadores	0	7
	Conselho Municipal de Saúde	0	2
	Total	**0**	**9**
Pornografia	-	0	0
Turismo sexual	-	0	0
Tráfico sexual	-	0	0

Os sete casos de abuso sexual intrafamiliar envolveram apenas meninas, uma possuia entre zero e seis anos, cinco entre sete e 12 anos e uma entre 13 e 17. Os homens foram identificados como os principais agressores dessa violação sendo citados o pai, o padrasto, o tio e o irmão. De acordo com os entrevistados, os casos ocorreram nos bairros Centro, Nasser e (União) Toquinho e as meninas eram originárias das mesmas localidades. Os casos relatados de prostituição também referiram as meninas como as vítimas mais frequentes, especialmente, aquelas com idades entre 13 e 17 anos. Nesses casos, os homens de meia idade foram os principais violadores e a BR e o Centro foram indicados como as localidades de ocorrência. Isolina Gomes e Luiz Gomes foram indicados como os bairros de origem das meninas envolvidas, revelando que as vítimas precisam se deslocar para que a violência ocorra. Tais informações ainda atentam para um local ainda não identificado pelos segmentos de defesa e responsabilização e atendimento e prevenção – a BR 471.

4.2 Eixo Mobilização e Articulação

Este eixo constitui base fundamentadora da proteção integral dos direitos da criança e do adolescente ao buscar identificar as ações e os resultados bem sucedidos no enfrentamento à violação sexual. Nesse contexto, aqui estão apresentadas as informações relativas à união, a paticipação e a articulação das entidades entrevistadas no município do Chuí.

4.2.1 CMDCA

O CMDCA afirmou que ainda não desenvolve atividades de mobilização com o governo local, a sociedade ou com ONG's, no entanto, percebe a importância e a necessidade dessa articulação e deseja concretizá-la. Para o Conselho, a falta de ações encontra-se pautada na ausência de registros das instituições e na desmotivação e desmobilização da rede. Destacou que não existe uma prioridade relacionada a proteção da criança e do adolescente e, por esse motivo, inexistem investimentos em projetos direcionados a essa população. Outro obstáculo identificado

é o desconhecimento sobre as aplicações do fundo municipal, o CMDCA não tem acesso ao recurso que seria destinado a infância e juventude e não conhece as aplicações realizadas.

O Conselho informou ainda que não existe um plano municipal de enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes no município, mas identificou o CREAS/Sentinela como o responsável pela gestão e monitoramento das ações de enfrentamento. Ressaltou a necessidade de ações articuladas para o combate do problema, mas afirmou que a rede encontra-se desmobilizada e desmotivada. Por esse motivo, não soube identificar nenhum trabalho com êxito nessa direção.

4.2.2 Defesa e Responsabilização

Entre as entidades ligadas à defesa e responsabilização, a articulação dos serviços é feita através de encaminhamentos, acompanhamentos, reuniões e soma de informações, correspondentes a rotina dessas instituições. Interessante ressaltar que alguns segmentos de defesa afirmaram articular as ações junto aos serviços de atendimento e prevenção e, ainda, junto às instituições binacionais. As dificuldades identificadas estiveram voltadas para a falta de serviços específicos (como a falta de casas de passagem e acolhida no Chuí), as peculiaridades e o sigilo que permeiam o atendimento e a pouca importância dada à infância e juventude. Embora os obstáculos sejam reconhecidos, todos os segmentos afirmaram a necessidade e os aspectos positivos provenientes do trabalho conjunto.

A maioria dos entrevistados afirmou não saber da existência de plano municipal de enfretamento da violência sexual contra crianças e adolescentes e nem participa de sua operacionalização. Os entrevistados desconhecem ações envolvendo parcerias e articulações entre os segmentos que atuam nessa temática, por esse motivo sugerem que os esforços sejam somados.

4.2.3 Atendimento e Prevenção

No âmbito das entidades ligadas ao atendimento e prevenção, a articulação com outras instituições, ações e programas só não acontece para o Centro de Saúde. Embora tal Centro tenha afirmado não realizar articulação, outras entidades a percebem incluída em suas ações. As escolas referiram encaminhar casos para o local e receber atenção dos profissionais que lá trabalham através de palestras e projetos de saúde. A Secretaria de Saúde e de Educação, as ONG'S, o CREAS/Sentinela e o Conselho Tutelar também foram serviços citados pelas escolas do município na articulação de denúncias, encaminhamentos e eventos. O CREAS/Sentinela acrescentou que suas ações estão articuladas aos serviços de defesa (como a Promotoria), ao Conselho Tutelar, as escolas e ao Centro de Saúde. Para os entrevistados, o ponto positivo da articulação volta-se para a complementariedade das atividades, uma vez que o trabalho conjunto da rede possibilita um cuidado maior a infância e a juventude. Entre os pontos negativos destacaram a comunicação precária, os repasses de problemas ao invés de encaminhamentos e a lentidão originada burocracia que envolve todos os procedimentos utilizados.

Quatro instituições afirmam não saber da existência de um plano municipal de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, enquanto uma afirmou não existir. No âmbito da articulação e mobilização todas as instituições foram unânimes ao relatar a necessidade de trabalho conjunto para a efetivação da rede. Para atingir esse objetivo, sugeriram reuniões periódicas e encontros entre os segmentos para melhor atender e proteger as crianças, os adolescentes e as famílias vítimas da violência.

4.2.4 Comunidades

Dentre as nove lideranças comunitárias entrevistas apenas três afirmaram a existência de ações de organização, mobilização e participação comunitária. A comunidade Santa Teresinha afirmou ter organizado atividades sobre HIV/Aids através de palestras oferecidas por seminaristas. O Bairro Ramão Rotta recebeu quatro fóruns internacionais e conseguiu se mobilizar para realizar denúncias relacionadas ao desvio das águas do Arroio Chuí. Em outro

bairro houve uma organização para a iluminação da localidade. As outras comunidades afirmaram não realizar atividades, mas acreditam que conseguiriam mobilizar os moradores caso fosse necessário.

A maioria das comunidades (6) afirmou conhecer alguma ação de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. O Conselho Tutelar, o CREAS/Sentinela e um encontro promovido pelo CMDCA foram ilustrados como ações do município, mas são avaliados de forma negativa pela comunidade. Essa avaliação é dada pela falta de proximidade dos profissionais com aqueles que atendem. Nessa mesma direção, representantes dos bairros Vila América, Centro e União disseram não conhecer nenhuma atividade e o entrevistado do Bairro Quartel ressaltou que teoricamente acredita que existem as ações, mas que na prática não atingem a comunidade. O representante do bairro Isolina Gomes referiu não precisar de ações, pois entende que o bairro não possui o problema.

As diferentes respostas revelam a necessidade de uma maior articulação com as pessoas das comunidades, as quais se sentem afastadas da construção e da elaboração de propostas de enfrentamento a violência sexual.

4.2.5 Movimentos sociais

Dentre os 17 movimentos sociais entrevistados, 15 afirmaram realizar ações de organização, mobilização e participação comunitária. Reuniões, conferências, aprovação e fiscalização de projetos, campanhas sociais, oficinas, festividades e capacitações foram as principais atividades lembradas pelos serviços. Todos referiram que as ações visaram a melhoria de condições de vida dos moradores do bairro e trouxeram resultados positivos sanando problemas locais e favorendo maior desenvolvimento econômico e social. Apenas a Associação dos taxistas e a Associação comercial industrial, agropecuária e de serviços do Chuí ainda não possuem tais mobilizações.

No que se refere ao conhecimento de ações desenvolvidas no município para o enfrentamento da violência sexual, 12 representantes afirmaram ter conhecimento sobre as atividades, enquanto quatro disseram não conhecer e um não soube informar. O trabalho da Assistência Social, do Conselho Tutelar e do CREAS/Sentinela foram reconhecidos através da distribuição de folders e da realização de palestras e teatros que ocorreram no Chuí. Tais ações foram avaliadas positivamente pelos entrevistados. Contudo, revelaram a necessidade de um maior numero de ações conjuntas para a efetivação da rede propriamente dita.

4.3 Eixo Atendimento e Prevenção

Esse eixo tem como objetivo garantir o atendimento especializado às crianças, aos adolescentes e as famílias em situação de violência sexual, bem como assegurar ações preventivas. Nesse sentido, informações sobre o caminho da denúncia e as possibilidades de atendimento no município do Chuí foram identificadas. Além disso, foram avaliadas ações bem sucedidas no âmbito da prevenção e identificadas as sugestões para o aprimoramento do combate a problemática.

4.3.1 CMDCA

De acordo com o representante do CMDCA, não existem linhas ou políticas de financiamento para o Conselho Municipal. O dinheiro recolhido pelo Fundo Municipal não é aplicado na área da infância e juventude. A falta de prioridade nas ações de prevenção, cuidado e/ou atendimento para a criança e para o adolescente é percebida como a principal dificuldade existente no Chuí. Para o Conselho, as ações de atendimento visam o tratamento curativo apenas, por esse motivo sugere que as atividades tenham um cunho preventivo e envolvam as escolas como atores importantes nessa direção.

4.3.2 Defesa e responsabilização

Nas esferas dos seis segmentos de defesa e responsabilização entrevistados, apenas duas afirmaram não receber qualquer tipo de denúncia ou encaminhamento sobre violência sexual – o Consulado e a Receita Federal. Os demais serviços recebem denúncias pelo número 190 e/ou encaminhamentos de outros serviços de defesa, especialmente, do Conselho Tutelar que é responsável pelo atendimento de toda a população do município do Chuí. As escolas, a Brigada Militar, a Policia Civil e a Assistência Social foram apontados como importantes atores nas denúncias.

No que diz respeito à articulação com outras instituições/órgãos/programas, o Conselho Tutelar descreveu o acompanhamento e o encaminhamento dos casos, os registros, o acolhimento das vítimas e a oferta de tratamento como atividades de atendimento e prevenção. O Ministério Público afirmou acompanhar o andamento dos casos. A Brigada Militar e a Policia Civil revelaram como principal ação o encaminhamento dos casos ao Conselho Tutelar e ao posto de saúde. O Consulado e a Receita Federal afirmaram estar articulados com os diversos serviços do município, no entanto, ainda não possuem estratégias para o atendimento.

Todas as instituições descreveram que o trabalho em rede possibilita um melhor atendimento. Para os entrevistados, as dificuldades estão vinculadas as peculiaridades existentes na fronteira e a pouca visibilidade que é oferecida a infância e a adolescência. No âmbito do atendimento a violência sexual o trabalho do Conselho Tutelar foi apontado como bem sucedido, embora quatro instituições tenham afirmado não conhecer ou não saber da existência de locais para o trabalho preventivo.

Como sugestão para aprimoramento da rede de atendimento e prevenção foi indicada a necessidade de um maior investimento público nas areas da saúde e da educação e uma maior integração entre as autoridades brasileiras e uruguaias a fim de contemplar as características da região fronteiriça.

4.3.3 Atendimento e prevenção

As cinco instituições entrevistadas no segmento de atendimento e prevenção são governamentais. Apenas a escola estadual ainda não possui móvel próprio, utilizando um espaço cedido para desenvolver e fornecer os serviços educacionais as crianças e adolescentes do município. A missão institucional das escolas está direcionada para os ensinamentos pedagógicos e para a promoção de cidadania.

Já o Centro de Saúde funciona em um espaço cedido e referiu que sua missão está vinculada à prevenção, o tratamento e a recuperação das enfermidades. Por fim, o serviço do CREAS/Sentinela é oferecido em um imóvel cedido e mencionou que sua atuação está voltada para o combate à violência sexual de crianças e adolescentes vítimas dessa violação. Todas as cinco instituições atendem todo o município do Chuí.

Projetos pedagógicos e ambientais, festividades em datas comemorativas, gincanas, olímpiadas, palestras com os pais e cuidadores foram as principais atividades desenvolvidas pelas escolas no ano de 2009. Apenas a escola estadual de ensino médio realizou uma atividade com a promotoria da infância e juventude, onde um dos temas tratados envolveu a violência. O Centro de Saúde relatou não ter tido oportunidade de desenvolver nenhuma atividade até o momento da entrevista. E o CREAS/Sentinela havia realizado uma mobilização no dia 18 de maio, data nacional destinada para ações de enfrentamento à violência e a exploração sexual, bem como havia distribuído folders e organizado teatros temáticos nas escolas. Todos os serviços estavam planejando atividades para o ano de 2010, dentre elas, um encontro binacional para tratar especificamente da violência sexual. Todos os serviços afirmaram receber algum tipo de financiamento, governamental ou municipal, para a realização das atividades.

Apenas o CREAS/Sentinela confirmou o recebimento de denúncias de casos de violência sexual contra criança e adolescente. As escolas relataram conhecer alguns casos, mas não recebem a denúncia dentro do contexto escolar. O trabalho preventivo realizado nas escolas e o atendimento promovido pelo CREAS/Sentinela foram identificados como trabalhos exitosos no âmbito da violência sexual. As ações pontuais nas escolas e nas comunidades para a conscientização do problema foram indicadas como estratégias preventivas e a união dos

serviços em prol da melhor qualidade de vida das crianças e adolescentes foi apontada como sugestão para o aprimoramento das atividades já existentes.

4.3.4 Comunidades

As lideranças comunitárias mostraram-se insatisfeitas com a precariedade dos serviços existentes em seus bairros. Muitos moradores precisam sair do seu território para buscar atendimento de saúde ou de assistência social, por exemplo, o Quartel no Bairro Quartel foi indicado por cinco entrevistados como local que oferece atendimento à saúde das crianças. Da mesma forma, ocorre com a educação, o lazer, o esporte e a cultura. Como o município é pequeno e os serviços oferecidos ainda estão centralizados, a população precisa buscar o atendimento nos poucos locais que a oferecem.

No que tange à temática da violência contra crianças e adolescentes, as comunidades mencionaram possuir conhecimento quanto algumas ações municipais, porém, ressaltaram que as mesmas não costumam chegar às localidades e que precisaram ser melhor divulgadas. Enfatizaram, também, a necessidade de discussão e divulgação deste tema junto a escolas e moradores para a prevenção. As lideranças comunitárias sugeriram ainda a criação de programas e centros comunitários voltados para os jovens a fim de proporcionar profissionalização, cultura, lazer e esporte e atividades de orientação e conscientização para as famílias.

4.3.5 Movimentos sociais

No âmbito dos movimentos sociais, doze instituições afirmaram conhecer algumas ações municipais que dizem respeito ao atendimento e a prevenção, tais como, o serviço do CREAS/Sentinela, do Conselho Tutelar e da Assistência Social. A Rádio Uruguaia afirmou não conhecer qualquer serviço, bem como a Associação dos Taxistas, os funcionários da Rodoviária, do Sindicato dos Servidores do Município e do Sindicato Rural. Para os serviços, é interessante que exista uma maior divulgação dos projetos, programas e ações a fim de atingir e conscientizar um número maior de pessoas que possam atuar como agentes de proteção. Sugerem, ainda, a criação de novos locais para atendimento e acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e maior divulgação dos serviços para a sociedade civil.

4.4 Eixo Defesa e Responsabilização

Esse eixo tem como objetivo implementar e dinamizar as ações dos órgãos que constituem o Sistema de Garantia de Direitos, bem como assegurar ações preventivas, protetivas e de defesa jurídica para crianças e adolescentes vítimas da violência e da exploração sexual. Nesse sentido, informações sobre as atividades desenvolvidas pelos serviços no combate à impunidade e a disponibilização de serviços de notificação no município do Chui foram identificadas. Além disso, foram avaliadas ações bem sucedidas no âmbito da defesa e da responsabilização para o aprimoramento do enfrentamento a violação de direitos fundamentais.

4.4.1 CMDCA

A análise dos dados permite concluir que o não CMDCA realiza atividades vinculadas aos segmentos de defesa e responsabilização, mas revela interesse em iniciar esse movimento. O representante entrevistado destacou que as entidades precisam aprender a trabalhar em conjunto e romper o sigilo que permeia a violência sexual para que o combate seja efetivo.

4.4.2 Defesa e Responsabilização

Os serviços de defesa e responsabilização evidenciaram uma série de atividades que estavam sendo realizadas no momento da entrevistas e aquelas que estavam sendo planejadas. É importante destacar que os representantes buscaram descrever suas principais ações e suas articulações com a temática investigada.

A Brigada Militar citou o projeto nas escolas para o combate as drogas (PROERD) e o policiamento em eventos. O Conselho Tutelar comentou a participação em um encontro de conselheiros do Estado do Rio Grande do Sul. O Ministério Público afirmou estar envolvido com a questão do acolhimento institucional existente em Santa Vitória do Palmar que atende as crianças e aos adolescentes do Chui. Quando questionados sobre os trabalhos bem sucedidos na proteção da criança e do adolescente dentre as seis instituições entrevistadas, apenas duas apontaram o Conselho Tutelar e a Ronda da Cidadania como, as outras quatro não conheciam nenhum trabalho bem sucedido no enfrentamento da violência sexual.

Todas as entidades sugeriram atividades que pudessem promover a defesa é preciso um maior investimento nas famílias mais vulneráveis, um trabalho conjunto entre órgãos do Brasil e do Uruguai e a implementação de serviços especializados como, por exemplo, a delegacia da criança e do adolescente.

4.4.3 Atendimento e Prevenção

Os serviços de atendimento e prevenção não souberam identificar as ações bem sucedidas no enfrentamento e combate à violência sexual contra crianças e adolescentes.

4.4.4 Comunidades

Como já referido nesse documento, os moradores das diferentes comunidades do município do Chui recorrem ao Conselho Tutelar quando tomam conhecimento de uma situação de violência sexual envolvendo crianças e adolescentes. No entanto, acreditam que o enfrentamento do problema passa pela criação de programas e centros comunitários voltados para os jovens, a fim de proporcionar profissionalização, cultura, lazer e esporte e atividades de orientação e conscientização para as famílias.

4.4.5 Movimentos sociais

Os representantes dos movimentos sociais relataram conhecer algumas ações realizadas pelos serviços de defesa e responsabilização, principalmente o acompanhamento a vitima realizado pelo Conselho Tutelar. Entretanto, os entrevistados salientaram que a estratégia de retirar a criança de casa é ruim, pois não defende os direitos da criança e do adolescente vitimizado. As sugestões para aprimorar o enfrentamento à violência sexual estiveram voltadas para a construção de escolas abertas para os jovens e casas de amparo para as vítimas, o fortalecimento dos órgãos de segurança, o trabalho em rede, o debate do tema nas comunidades e nas escolas e a implementação de campanhas preventivas.

5. Mapas de geoprocessamento das demandas e georreferenciamento dos serviços

A última análise apresenta o geoprocessamento dos casos e o georreferenciamento dos serviços. Esse mapeamento visa a identificação dos bairros mais vulneráveis para a ocorrência de situações de violência e a exploração sexual de crianças e adolescentes indicados pelos segmentos entrevistados: CMDCA, defesa e responsabilização, atendimento e prevenção, comunidades e movimentos sociais. Já o georreferenciamento dos serviços busca mapear a localização dos serviços existentes no município para o enfrentamento, o atendimento e o combate das violações da infância e adolescência. Tal análise propicia um retrato da atual situação enfrentada no Chuí e contribui para a construção de estratégias mais efetivas no combate e na erradicação da problemática.

5.1 Geoprocessamento das demandas

Para o geoprocessamento das demandas foram levadas em consideração as informações disponibilizadas por todos os 38 entrevistados. As ocorrências de abuso sexual intrafamiliar concentraram-se nos bairros Nasser, Luis Gomes e União (Toquinho) e Centro. Já as situações de abuso sexual extrafamiliar ocorreram no Centro e na Vila Rica. O Bairro União (Toquinho), Centro e a Rodovia BR 371 foram apontados como possíveis locais de exploração sexual na modalidade de prostituição.

A Figura 3 apresenta o mapa do município com as respectivas indicações das ocorrências de abuso sexual intrafamiliar e extrafamiliar e de exploração sexual informadas pelos segmentos participantes do DRP.

☆ Defesa e responsabilização

□ Atendimento e prevenção

△ Comunidades

○ Movimentos sociais

■ Abuso sexual intrafamiliar

■ Abuso sexual extrafamiliar

■ Exploração sexual/Prostituição

Figura 3. Geoprocessamento das demandas

Os serviços de defesa e responsabilização, assim como, os serviços de atendimento e prevenção tem atendido exclusivamente casos de abuso sexual. Embora o atendimento reconheça os locais de exploração sexual tais casos não chegam as denúncias e aos registros oficiais das instituições. O mapa demonstra que a prostituição na rodovia BR 371 parece estar próxima e visível apenas para as comunidades e para os movimentos sociais. Nessa perspectiva, é possível afirmar o silêncio contribui para a manutenção dessa cruel forma de violação e exploração. Afinal, existe conhecimento, mas não existe o rompimento dessa realidade através da denúncia. Um trabalho focado nos caminhos da denúncia e na conscientização da população e dos próprios serviços (seja defesa ou atendimento) sobre o seu papel na proteção da criança e do adolescente poderia potencializar a quebra de sigilo e o ciclo da violência.

1.1 Georreferenciamento dos serviços

O georreferenciamento dos serviços evidencia uma maior concentração de instituições no Centro do Chuí. Segue a distribuição dos serviços de acordo sua localização nos bairros e o respectivo mapa, para uma melhor visualização.

Centro: CMDCA, Brigada Militar, Conselho Tutelar, Consulado Brasil/Uruguai, Policia Civil, Centro de Saúde, Escola Estadual de Ensino Médio, Escola Municipal de Educação Infantil, CREAS/Sentinela, Rodoviária, Secretaria de Educação, Departamento de Assistência Social, Associação Comercial Industrial, Agropecuária e de Serviços do Chuí, Conselho de Assistência Social, Camara dos Vereadores, Conselho Municipal de Saúde, Associação de Taxistas e Rádio do Uruguai.

km 650: Receita Federal

Bairro Isolina Gomes: Escola Mundo da Criança

Vila Rica: Sindicato Rural e CTG do Chuí

Bairro Quartel: Sindicato dos Servidores Municipais e ONG Cidadania sem Fronteiras

Bairro Ramão Rotta: Bloco Carnavalesco e ONG Bosque

- Escolas
- CMDCA
- Conselho tutelar
- CREAS/Sentinela
- Secretarias
- ONG's
- Centro de saúde
- Polícia Civil e Brigada Militar

Figura 4. Geoprocessamento dos serviços

É possível verificar na Figura 4 que os serviços de defesa e responsabilização e os serviços de atendimento e prevenção estão concentrados no Centro do Chuí. Embora exista uma centralização os segmentos têm sido acessados por vítimas violadas nos bairros Nasser, Luis Gomes, União e Vila Rica. Isso significa que o tamanho do município, bem como a proximidade dos bairros favorece o acesso a essas instituições. Os bairros têm sido contemplados com movimentos sociais, principalmente, por sindicatos e por ONG`s. Como as ocorrências de violência sexual tem se manifestado também nos bairros é preciso refletir sobre as instituições e as lideranças inseridas nas comunidades. Convocar os moradores e os jovens para atividades preventivas e para a construção de políticas que contribuam para o bem estar e a melhoria de vida daqueles que podem ser alvos de violação sexual podem ser estratégias importantes no combate a essa problemática.

2. Considerações finais

O Diagnóstico Rápido Participativo do município do Chuí é resultado da contribuição de diversos atores representantes dos diferentes segmentos que participaram do mapeamento da situação de violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes. Um panorama atual acerca da problemática foi construído com base nos registros e nas denúncias existentes. Certamente, esse diagnóstico não constitui um retrato fiel da realidade da exploração sexual, uma vez que o silêncio ainda mantem veladas as suas ocorrências, mas torna-se uma importante ferramenta ao denunciar e anunciar os fatos que precisam de visibilidade.

A falta de registros, denúncias e sistematização dos serviços demonstram fragilidade na proteção da infância e da juventude no Chuí. A estrutura precária, a falta de equipamentos e recursos humanos aumentam os obstáculos. Somado a esse cenário, o fato do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ainda não ter assumido efetivamente o seu papel na garantia dos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente evidencia a própria vulnerabilidade do serviço e a ausência da promoção da dignidade humana.

O enfrentamento a violência sexual em uma localidade prescinde de uma boa base de dados que permita acompanhar o caso desde sua denúncia, encaminhamento, acompanhamento até o desligamento. Essas informações permitem avaliar o fluxo da demanda e verificar a articulação da rede. Observa-se que o Chuí dispõe de serviços específicos, mas não consegue articular e monitorar os casos relatados. As crianças, os adolescentes e suas famílias vêm sendo atendidos pelos serviços, mas não pela rede que compõe a proteção, a defesa, o atendimento e a prevenção. Essa desarticulação reforça as lacunas existentes e não potencializa o combate.

As ações de prevenção referidas pelos entrevistados ainda estão centralizadas no Sentinela (CREAS), o único serviço que trata da temática. Urge uma convocação a sociedade civil e a todos os serviços e movimentos sociais que atuam, direta ou indiretamente, na defesa e no atendimento da criança e do adolescente. Além disso, é necessário resgatar o protagonismo juvenil, uma vez que esse é um dos eixos do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil. Para isso, é necessário romper a percepção estigmatizante que permeia a

violência sexual e tratá-la como um evento transversal a todas as classes sociais, a todas as idades e a todos os países.

Conhecer os casos de exploração sexual identificados e os bairros mais vulneráveis no Chuí permite repensar as estratégias assumidas pelo município até então e traçar novas alternativas. Identificar a fronteira como um território de maior risco para situações de violação de direitos humanos direciona o olhar para a cidade gêmea. Fortalecer as fronteiras e articular o trabalho entre os países é uma das principais metas do PAIR-Mercosul. A divulgação do material coletado e organizado nesse diagnóstico constitui o primeiro passo para essa construção. Afinal, o principal propósito desse documento é subsidiar o município na elaboração de um Plano Operativo Local e do Plano Operativo Binacional para o enfrentamento à violência sexual contra suas crianças e adolescentes.